



Assembleia Distrital de Santarém
www.psdsantaremdistrital.com

Reuniu, ontem à noite, **30 de Março**, no Auditório Municipal da Quinta das Pratas, na cidade do Cartaxo, a **Assembleia Distrital do PSD de Santarém**, tendo-se decidido tornar públicas as seguintes conclusões finais.

COMUNICADO

UM BALANÇO MUITO POSITIVO PARA O EURODEPUTADO CARLOS COELHO

A Assembleia Distrital do PSD de Santarém foi **unânime no reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo Eurodeputado Carlos Coelho, avaliando muito positivamente o seu desempenho ao longo do mandato que está prestes a concluir, enaltecendo o mérito do seu ex-Presidente da Comissão Política Distrital nas funções que vem exercendo no Parlamento Europeu.**

Esta avaliação é tanto mais gratificante para o PSD distrital de Santarém porquanto ela estar sintonizada com reconhecimento já publicamente manifestado por várias outras entidades – bem qualificadas e independentes – ilustradas designadamente pela comunicação social.

Na expectativa pelo anúncio próximo da personalidade que encabeçará a lista do PSD nas eleições para o Parlamento Europeu, **o PSD distrital de Santarém mostra-se orgulhoso por poder contar com o Eurodeputado Carlos Coelho entre os seus militantes, manifestando o público empenho em defender a sua recondução para mais um mandato a partir de 7 de Junho.**

UM BALANÇO NA ECONOMIA! 4 ANOS DEPOIS, ESTAMOS PIOR...

Manifestar publicamente o **profundo pesar com o balanço da actuação do Governo socialista, ao longo dos últimos 4 anos, no distrito de Santarém**, notando sobretudo, os resultados estruturalmente negativos que se identificam em diferentes sectores, **com particular destaque para a economia e o desenvolvimento regional.**

OS PRINCIPAIS INDICADORES

Passados 4 anos há, pelo menos, duas promessas do Eng. José Sócrates e do PS que tendo objectivo nacional também teriam de ter impacto distrital: **3% de crescimento para a economia Portuguesa e a criação de 150 mil novos empregos.**



Assembleia Distrital de Santarém
www.psdsantaremdistrital.com

Quais são os resultados e os indicadores económicos em geral que se conhecem em 2009?

O **crescimento da economia nos últimos 4 anos ficou bem aquém do prometido**, sempre inferior a 1.8%, muito longe do objectivo dos 3%, mesmo incluindo o período anterior à crise financeira internacional. A média de crescimento do PIB português nos últimos 4 anos é de cerca de 0.6%, o que equivale a um quinto dos prometidos 3%.

Se se comparar com a média europeia, no período sem crise, verificamos que esse crescimento foi de duas vezes mais superior ao de Portugal (2,63% contra 1,4%).

2004	2005	2006	2007	2008	2009 (Provisório)
1.5%	0.5%	1.3%	1.8%	0%	- 0.8% (-1.6% C.E.)

Fonte: Banco de Portugal, INE. 2009 Previsão do Governo e da C.E.

A **Taxa de Desemprego** em 2004 era de 6.7%. Para o ano de 2009 há estimativas que apontam para 8,5%. Em vez de 150 mil novos empregos há hoje mais 78 mil desempregados. Contabilizam-se 53 novos desempregados por dia. Acresce que os desempregados licenciados têm vindo a crescer desde 2004, estimando-se hoje que esse grupo bem qualificado já corresponda a cerca de 70 mil.

Apesar dos esforços governamentais para disfarçar e esconder este problema, sabe-se que em Janeiro de 2009 se inscreveram nos Centros de Emprego de todo o país cerca de 70.000 novos desempregados aos quais se associaram, em Fevereiro de 2009, cerca de 20 mil novos inscritos.

Na área económica, há outros indicadores que têm uma expressão, 4 anos depois, que correspondem a uma assinatura socialista, que não podem deixar de ser denunciados.

Assistiu-se ao **maior aumento de impostos de que há memória**, designadamente nos 9 seguintes:

- * IVA (de 19% para 21%)
- * IRS com escalão adicional de 42%
 - (a) - Aumento da CARGA FISCAL para os DEFICIENTES
 - (b) - Aumento da CARGA FISCAL para os PENSIONISTAS
- * IRC
- * Imposto Sobre Produtos Petrolíferos (ISP)



Assembleia Distrital de Santarém

www.psdsantaremdistrital.com

- * Imposto Automóvel
- * Imposto de Circulação e Camionagem
- * Imposto de Selo
- * Imposto sobre o Álcool e Bebidas Alcoólicas
- * Imposto sobre o Tabaco

Todos os cidadãos sentiram este aumento da carga fiscal que, em 4 anos, correspondeu a (quase) 5 pontos percentuais. A carga fiscal (em % PIB) em 2004 equivalia a 33.8% e em 2009 situa-se em 38%.

A **redução do Poder de Compra** foi outro dos indicadores negativos, aumentando a nossa divergência com os países europeus. O rendimento por habitante (UE27 = índice 100) em 2004 correspondia a 74.7 e em 2009 situar-se-á nos 73.3.

Também significativo foi o **aumento do Endividamento Externo da economia** (em % do PIB) que em 2004 correspondia a 64% e que em 2009 se situará, de acordo com todas as previsões mais favoráveis, em cerca de 100%. Este endividamento é tanto mais grave quando estamos, agora, perante uma crise internacional de natureza financeira que penaliza com particular incidência o crédito concedido. É geral o entendimento dos especialistas sobre a gravidade deste nível de endividamento que – a curto prazo – nos colocará numa situação ainda mais difícil no contexto competitivo internacional.

Acresce que também o nível de **Endividamento das Famílias e das empresas aumentou**. Em 2007 as famílias portuguesas tinham em média um endividamento de 129% que correspondia a um acréscimo de 29 pontos percentuais, acima daquilo que se identificava no ano 2000.

A **mesma tendência negativa é observável quanto ao IDE**. De acordo com este índice o saldo líquido de «Investimento Directo Estrangeiro» em 2007 e em 2008 foi cerca de quatro vezes inferior ao registado em 2006 e, pior ainda, de 2/3 inferior ao assinalado em 2005.

O INVESTIMENTO PÚBLICO

Apesar dos anúncios faraónicos dos investimentos públicos nacionais para desenvolver a economia e dar oportunidade às PME's, o investimento do Governo, através do **Plano de Investimento e Desenvolvimento das Despesas da Administração Central (PIDDAC)** revelou-se uma vergonha regional.



Assembleia Distrital de Santarém

www.psdsantaremdistrital.com

Para o ano de 2009 identificaram-se 9 Municípios do distrito que não foram contemplados com qualquer verba do PIDDAC. Para além destes **9 Municípios (Alcanena, Almeirim, Benavente, Constância, Coruche, Ferreira do Zêzere, Mação, Rio Maior e Sardoal)** que não receberão qualquer montante para **investimento**, há mais 4 Municípios que têm previsto receber menos do que 26 mil Euros.

Dos 62 Milhões e 600 mil Euros que o PIDDAC de 2009 destinou ao distrito de Santarém, apenas 14 Milhões e 600 mil Euros são dirigidos aos Municípios (cerca de 23%).

Em 2009 há 13 Concelhos que oscilam entre os 0% e os 0,2% de participação no PIDDAC. O Governo e o PS ignoraram quase 2/3 dos Municípios do distrito de Santarém (Alcanena, Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Constância, Coruche, Ferreira do Zêzere, Golegã, Mação, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Sardoal)! Já em 2008 – eram 11 – os Municípios a receber individualmente menos de 26 mil Euros do PIDDAC. Quase 2/3 dos Municípios do distrito ficavam fora do PIDDAC...

Ao longo destes 4 anos de governação socialista, o distrito de Santarém foi contemplado com o pior ciclo de PIDDAC das últimas décadas quando analisada a sua evolução por montantes! Não há memória de piores propostas e de piores dotações.

Na comparação com o Total do Continente fomos progressiva e continuamente perdendo influência e peso no contexto nacional. Os projectos e os montantes destinados – exclusivamente – aos Municípios são cada vez menos.

Tomando com referência o PIDDAC do ano de 2005 (onde receberíamos com o actual GOVERNO PS mais de 233 Milhões de Euros) **perdemos em acumulado ao longo de 2006, 2007, 2008 e 2009 mais de 570 milhões de Euros de investimento.**

Em 4 anos de Governo PS, as principais consequências para os Concelhos/Municípios do distrito de Santarém foram significativas. **Almeirim e Coruche foram prejudicados por esta situação ao longo de 4 anos; Constância e Mação em 3 anos; o Sardoal desde há 2 anos.**

O castigo da Governação socialista permitiu mesmo que, em 2008, o município de Ourém, o 2º concelho mais populoso do distrito, com 46.216 cidadãos, tivesse previsto receber menos de 10 cêntimos por habitante destinados a investimento.



Assembleia Distrital de Santarém
www.psdsantaremdistrital.com

Para iludir o distrito e garantir uma margem de promessas não escrutináveis o Governo e o PS resolveram omitir... **Por isso, há omissões no PIDDAC...**

- Por isso não estão identificados os projectos a iniciar, ou em curso, da responsabilidade do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (como são os Itinerários, Variantes, Estradas Nacionais, Pontes, Viadutos, Caminhos-de-ferro, Estações da CP, Passagens-de-nível, etc.);
- Não está identificado nenhum projecto, proposto pela Segurança Social, em qualquer dos 21 Municípios do distrito;
- Não há nenhuma informação do Ministério da Saúde sobre os investimentos que se prevêem efectuar no Centro Hospitalar do Médio Tejo (CHMT) e no Hospital Distrital de Santarém (HDS);

Finalmente, e porque tal se justifica, **porque será que, no PIDDAC para 2009, não ficaram inscritos os vários Projectos e os respectivos Montantes, resultantes do Processo das Contrapartidas pela OTA negociados com os Municípios do distrito?** Esses Projectos não vão avançar em 2009? Há um qualquer entendimento secreto e fora do escrutínio público que não possa ser constatado? Porque será que há vários Protocolos previstos para assinatura que ainda não tiveram qualquer expressão?

Os PIN – “Projectos de Interesse Nacional”

Ao longo destes 4 anos alimentou-se a ilusão dos grandes investimentos estratégicos, onde a burocracia do Estado seria tremendamente atenuada e o empenho da Administração Central resolveria processos inadiáveis. O resultado – hoje – é o da propaganda. Os meios e os recursos disponibilizados envergonham qualquer acção em prol das Micro e das PME...

Hoje em dia existem 83 projectos de investimento classificados como PIN, (que correspondem a 17 mil milhões de euros de investimento) e que se caracterizam essencialmente por:

- Destinarem-se às grandes empresas, que representam menos de 1% do tecido empresarial português;
- Apenas um único projecto deste conjunto envolve uma PME;
- Nenhum destes mega-projectos está localizado no distrito de Santarém.



Assembleia Distrital de Santarém
www.psdsantaremdistrital.com

Em 4 anos praticamente não se registaram avanços nas várias Áreas de Localização Empresarial (ALE's) previstas para instalação no distrito de Santarém. Faltou vontade política para esses progressos.

Ao longo de 4 anos o Governo não reconheceu a importância das Micro e PME no tecido empresarial português como fonte geradora de valor acrescentado e de criação de emprego. Desde 2006 que o PSD vem apresentando medidas direccionadas para as Micro e PME's. Hoje em dia a importância crucial das PME é mencionada em muitas intervenções de economistas e especialistas que reconhecem a sua primordial importância. Porém, a política económica dos últimos quatro anos ignorou – e ignora – as Micro e as PME. O pagamento das dívidas aos fornecedores e o cumprimento de um calendário de pagamentos às empresas são exemplos de medidas que, caso estivessem implementadas, teriam dado às empresas maior estabilidade para enfrentar a crise.

Os anos de 2007 e 2008 foram anos cujo número de falências declaradas aumentou em 50% face aos anos anteriores. Acresce que o nº de empresas criadas em 2008 ficou aquém das falências, o que releva um fraco rejuvenescimento da malha empresarial. No primeiro mês de 2009 o número de empresas criadas recuou 25%. Por outro lado, também em 2008, foram criadas menos 9% que no ano anterior (2007).

O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Paralelamente, há queixas justificadas, sobre o modo como as candidaturas patrocinadas pelos agentes da região, designadamente pela sua Associação Empresarial e pelas autarquias, que correspondem ao distrito de Santarém são tratadas no contexto das Regiões Centro e Alentejo. Aqui, neste contexto, vale bem a pena distinguir o contributo muito positivo do ex-Presidente da Câmara Municipal de Tomar, Eng. António Paiva por contraponto ao ex-Presidente e actual Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior, Dr. Silvino Sequeira.

Existe uma evidente desvalorização das duas NUT's (Lezíria do Tejo e Médio Tejo) na proporção das candidaturas e incentivos aprovados nos Programas Operacionais (PO's) Regionais, face ao peso concorrencial de outras entidades nessas NUT's. **Atendendo ao registo recente, esta situação é mais vincada na região do Alentejo do que na região do Centro.**



Assembleia Distrital de Santarém
www.psdsantaremdistrital.com

A sub-região da Lezíria do Tejo tem um peso económico e empresarial significativo na região do Alentejo e este forte peso provoca resistências e apreensão na CCR Alentejo. **A taxa de aprovação das candidaturas oriundas da Lezíria do Tejo é consideravelmente inferior às 4 NUT's que integram a Comissão do Alentejo.**

Em sentido inverso, o peso económico do Médio Tejo na região Centro é fraco e pouco significativo, pelo que tal realidade provoca uma desvalorização da sua importância no conjunto da região.

Também as candidaturas de outras entidades da região – designadamente aquelas que envolvem as autarquias – têm o mesmo resultado das empresas. As 5 candidaturas apresentadas á medida “Parceria para a regeneração urbana” foram reprovadas.

AGRICULTURA

O Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (MADRP) **criou diversos conflitos dentro do sector agrícola com as associações, os funcionários do ministério e tentou “virar” a opinião pública contra os agricultores.** Ao longo de toda a governação socialista (2005-2009) o ministério tentou incutir na opinião pública que o sector agrícola recebia e vivia de subsídios.

O sector agrícola demonstrou nos últimos 20 anos, embora poucas vezes reconhecido, uma profunda alteração aumentando como mais nenhum sector a sua produtividade. O ministro tentou confundir declarando pagar milhões à agricultura (“*misturando*” investimentos e subsídios aos produtos). Recorde-se que o que foi pago até ao momento são quase na totalidade verbas comunitárias, resultante da PAC (ex. RPU, ajudas a ovinos, caprinos, vacas aleitantes, trigo...)

O actual **Governo cancelou o pagamento das medidas agro-ambientais em 2005.** Posteriormente houve uma reformulação das medidas agro-ambientais, quer em nº (reduziu para 4), quer em requisitos, cujos efeitos se traduzem num baixo nível de candidaturas a estas medidas. Burocratizou os processos de candidatura e o facto de as ter reduzido encurtou o “espírito da medida”, de incutir nos agricultores maior sensibilidade ambiental.



Assembleia Distrital de Santarém
www.psdsantaremdistrital.com

Suspendeu, e cancelou posteriormente, o apoio à electricidade verde (ajuda nacional à factura da electricidade, de grande importância para a rega, existente desde a década de 70), alegando irregularidade na sua utilização, que nunca demonstrou. Constitui um apoio essencial em termos de competitividade agrícola, visto que Portugal tem pouca água, sendo por isso necessário recorrer muito mais à rega que outros países, como ex. França.

O caso do nemátodo do pinheiro, importante para os municípios da zona do Pinhal, demonstra a maior das incompetências. **O país passou a estar classificado todo ele como "zona afectada" pela doença do nemátodo da madeira do pinheiro.** Neste sentido, ao abrigo da nova legislação passou a ser obrigatório o tratamento a altas temperaturas de toda a madeira de pinho bruta, produzida em Portugal, elevando os custos de produção (tratamento) e condicionando a sua exportação.

O ministério atrasou a aplicação do PRODER – programa de investimentos para a agricultura. Atrasou a abertura de candidaturas, a análise das candidaturas; dificultou o seu acesso; poderá ter perdido a utilização de milhões de euros destinados a investimentos produtivo. Estima-se que Portugal poderá não ter utilizado cerca de 857 milhões de euros destinados a financiar projectos de investimentos na agricultura.

COMEMORAR A PORTUGALIDADE

A Assembleia Distrital do PSD de Santarém manifestou ainda a sua satisfação pela recente decisão do Presidente da República, Prof. Cavaco Silva, ao escolher a cidade de Santarém para servir de palco às comemorações nacionais do 10 de Junho, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades.

Cartaxo, 30 de Março de 2009

(Presidente da Comissão Política Distrital do PSD de Santarém)